



# **CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÃ**

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA

Nº 02

## **TERMO DE AUTUAÇÃO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023**

**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023**

**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE FORNECIMENTO DE POLTRONAS GIRATÓRIAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL.**

Autuo o presente **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 017/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 016/2023,** com os documentos que o instituem.

  
\_\_\_\_\_  
**WAGNER BATISTA CASTILHO**  
Presidente da Comissão de Licitação

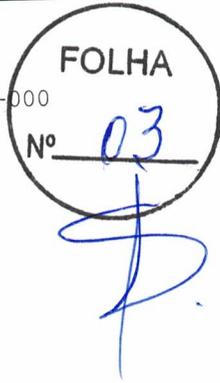


# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000



Ofício nº 050/2023.

Abatiá (PR), 13 de novembro de 2023.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-o, venho respeitosamente através deste, requerer seja feito o devido procedimento administrativo para contratação de empresa de fornecimento de cadeiras giratórias, tipo presidente, para atender as necessidades do setor administrativo da Câmara Municipal.

Reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Lincoln Carvalho de Mello Albano

Presidente

Exmo. Srº Wagner Batista Castilho

MD. Presidente da Comissão de Licitação

Abatiá - Paraná

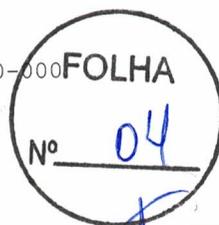


# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000



Ofício nº 051/2023.

Abatiá (PR), 13 de novembro de 2023.

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, venho através deste requerer informações acerca de existência de indicação orçamentaria para aquisição de cadeiras giratórias tipo presidente, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

Reitero meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Lincoln Carvalho de Mello Albano

Presidente

Exmo Sr. Keller José Pedroso

MD. Contador da Câmara Municipal

Abatiá - Paraná



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000



Ofício/Contabilidade

Abatiá – Pr, 13 de novembro de 2023.

Venho pelo presente informar conforme solicitado pela Mesa Diretora do Legislativo Municipal, existência de Indicação Orçamentária, relativo ao requerimento em anexo, para contratação/fornecimento de cadeiras giratórias (tipo presidente) para o Legislativo Municipal.

001 – Câmara Municipal

01.031.0101.2001 - Manutenção do Legislativo Municipal

4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente – R\$  
20.000,00

Atenciosamente.

Keller José Pedroso

Contador.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000



## TERMO DE REFERÊNCIA:

### 1. INTRODUÇÃO

1.1. Este Termo de Referência busca especificar as características e requisitos para contratação de empresa especializada em fornecimento de cadeiras giratórias tipo presidente, para atender as necessidades da Câmara Municipal.

### 2. JUSTIFICATIVA

2.1. A contratação da empresa, objeto deste Termo de Referência, justifica-se pela necessidade da substituição de cadeiras giratórias tipo presidente para as salas administrativas da Câmara Municipal.

### 3. OBJETIVO

3.1. Dotar a Câmara Municipal de novas cadeiras giratórias e dar conforto necessários aos servidores para prestarem serviços de melhor qualidade a Câmara Municipal.

### 4. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1. Contratação de empresa especializada de fornecimento de cadeiras giratórias para os serviços administrativos do Poder Legislativo, nas condições e especificações descritas neste Termo de Referência.

### 5. DESCRIÇÃO DETALHADA DA CONTRATAÇÃO

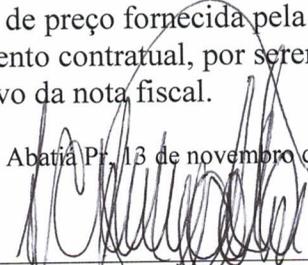
QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
04	Poltrona Suprema Presidente Cromada Base e Braços Cromados Espuma Laminada de Alta Qualidade		
			R\$

5.1 Todas as cadeiras deverão ser fornecidas pela CONTRATADA, não sendo aceito cadeiras usadas ou recondicionadas, ou seja, deverão ser novas, genuínas.

### 6. DA EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

6.1 A entrega dos produtos serão entregues com estrita observância dos prazos e valores constantes na cotação de preço fornecida pela empresa vencedora do certame, quando da assinatura do instrumento contratual, por serem ferramentas essenciais à fiscalização do contrato e ao respectivo da nota fiscal.

Abatiá, 13 de novembro de 2023

  
Lincoln Carvalho de Mello Albano  
Presidente da Câmara Municipal



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone: (043) 3556-1487 - 3556.2363  
CEP 86.460-000



## ORÇAMENTO PARA CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIA

Fone: 43- 3556.1487 – 3556.2363

Av. João Carvalho de Mello – 324 - CEP – 86.460-000

Fone- 43 – 3556.1487 - 3556.2363

Abatiá - Paraná

Email: [camaraabatia@gmail.com](mailto:camaraabatia@gmail.com)

**OBJETO:** Contratação de empresa de fornecimento de 04 cadeiras tipo Presidente para o setor administrativo da Câmara Municipal conforme discriminados abaixo:

<i>Qtde</i>	<i>DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS</i>	<i>Unit.</i>	<i>Total</i>
04	Fornecimento de 04 cadeiras Giratórias, poltrona suprema Presidente cromada base e braços cromados, espuma laminada de alta qualidade		

Abatiá Pr, 13 de novembro de 2023.

Wagner Batista Castilho  
Presidente da Comissão de Licitação

# Mobiflex Mobiliário p/ Escritório Ltda

Av. São João, 57 – Antares - Londrina-Pr CEP 86039-290

CNPJ 04.635.400/0001-24

Fone 43-3367-3618 / E-mail: [mobiflex@sercomtel.com.br](mailto:mobiflex@sercomtel.com.br)



PROPOSTA E PREÇOS  
CAMARA MUNICIPAL DE ABATIA  
ABATIA, 17 DE novembro 2023  
[camaraabatia@gmail.com](mailto:camaraabatia@gmail.com)  
FONE: 043.3262.1414 - 996013946

NR	QDE	DESCRIÇÃO	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	4	Poltrona tipo presidente giratória com espaldar alto, braço cromado, regulagem de altura pistão a gás, base giratória, sistema relax. Material de revestimento do assento e encosto couro sintético ou superior na cor preto. Espuma injetada de no mínimo 60 10.0430 , marca Castofar, braços base cromada	\$.1.670,00	\$.6.680,00
		VALOR TOTAL GERAL		\$.6.680,00

PRODUTOS NOVOS, SEM USO

ENTREGA EM ATÉ 30 DIAS

PAGAMENTO A VISTA

PROPOSTA VALIDA POR 30 DIAS

FRETE POR CONTA DO FORNECEDOR

GARANTIA DE 12 MESES CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO

**Mobiflex Mobiliário p/ Escritório Ltda**

**Londrina, 17 DE NOVEMBRO 2023**

**ANTONIO GILSON FREITA**

**FONE 9.9169.1953**

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: M I S SILVA MOBIFLEX MOBILIARIO P/ESCRITORIO (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.635.400/0001-24

Certidão nº: 65603369/2023

Expedição: 20/11/2023, às 11:29:28

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **M I S SILVA MOBIFLEX MOBILIARIO P/ESCRITORIO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.635.400/0001-24**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir

FOLHA

Nº

10



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 04.635.400/0001-24  
**Razão Social:** MOBIFLEX MOBILIARIO PARA ESCRITORIO LTDA EPP  
**Endereço:** AV CELSO GARCIA CID 1185 / CENTRO / LONDRINA / PR / 86039-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 18/11/2023 a 17/12/2023

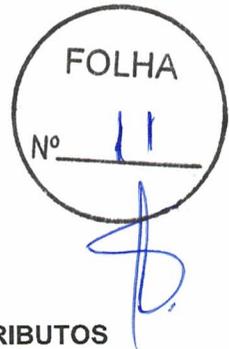
**Certificação Número:** 2023111800411467019513

Informação obtida em 20/11/2023 11:30:10

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: M I S SILVA MOBIFLEX MOBILIARIO P/ESCRITORIO**  
**CNPJ: 04.635.400/0001-24**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 11:30:47 do dia 20/11/2023 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 18/05/2024.

Código de controle da certidão: **1C9F.CE75.079A.7B8E**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



FLAVIO L. M. MIYASHIRO & CIA LTDA

CNPJ: 10.343.326/0001-75 - IE:  
90454809-06

Rua Prefeito José Mario Junqueira

265 CEP: 86360-000 / Centro /

Bandeirantes - Pr

TEL 43- 3542 1822

FOLHA

Nº

12

CLIENTE	CAMARA MUNICIPAL DE ABATIA - CNPJ. 81.756.884/0001-00		
END	AV. JOAO CARVALHO DE MELLO - 324 - CENTRO		
CIDADE	ABATIA		
TEL	43 3556.1385	DATA	020/11/2023

Qtde	Descrição de produtos	Unit.	Total
04	Poltronas tipo presidente, giratória, braço cromado, com regulagem, espuma enjetada minimo de 60, revestimento em couro sintético na cor preto,	1,780,00	7.120,00
			<b>R\$ 7.120,00</b>

*Flávio L. M. Miyashiro*  
[CNPJ: 10.343.326/0001-75]

I. E.: 904.54809-06

*Flávio L. M. Miyashiro*  
*E Cia. Ltda.*

Rua Pref. José Mário Junqueira, 265 - Centro  
[CEP 86.360-000 - BANDEIRANTES - PARANÁ]

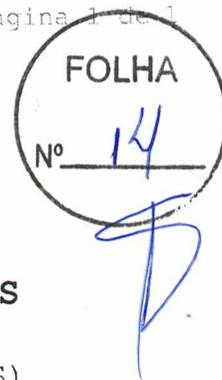
FOLHA  
Nº 13

**SANGUINI & SOUZA LTDA - ME**  
CNPJ 00.151.125/0001-12 – ICMS 902.89940-50  
Av. Prefeito Moacyr Castanho, 1492 – Bandeirantes  
- Paraná  
Telefones (43)3542-2413 e 3542-0868

CLIENTE CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ  
END AV. JOÃO CARVALHO DE MELLO – 324 , CENTRO  
CIDADE ABATIA PR  
TEL 43 3556.2363  
DATA 20/11/2023

ITEM	HORA TÉCNICA	QT	UNI	TOTAL
1	Poltrona tipo Presidente, braços cromados, giratória, com regulagem, espuma enjetada 60, com revestimento em couro sintético na cor preto	04	R\$ 1.840,00	R\$ 7.360,00
				R\$ 7.360,00

*Marc Sanguini*  
CNPJ - 00.151.125/0001-12  
I.E. - 902.89940-50  
SANGUINI & SOUZA LTDA - ME  
Av. Pref. Moacyr Castanho, 1.492 - Centro  
CEP 86.360-000 - BANDEIRANTES - PARANÁ  
Telefones: (43) 3542-2413 / 3542-0868

PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: FLAVIO L. M. MIYASHIRO &amp; CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.343.326/0001-75

Certidão nº: 65635593/2023

Expedição: 20/11/2023, às 12:57:16

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **FLAVIO L. M. MIYASHIRO & CIA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.343.326/0001-75**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

**INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir

FOLHA

Nº 15



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 10.343.326/0001-75  
**Razão Social:** FLAVIO L M MIYASHIRO E CIA LTDA  
**Endereço:** RUA PREF JOSE MARIO JUNQUEIRA 265 / CENTRO / BANDEIRANTES / PR / 86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/11/2023 a 03/12/2023

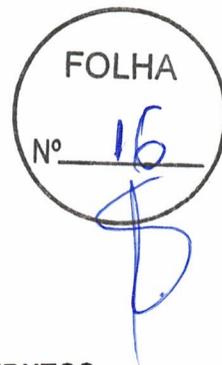
**Certificação Número:** 2023110402233115379817

Informação obtida em 20/11/2023 12:58:26

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: FLAVIO L. M. MIYASHIRO & CIA LTDA**  
**CNPJ: 10.343.326/0001-75**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

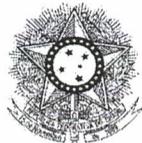
A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 08:39:34 do dia 17/11/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/05/2024.

Código de controle da certidão: **C53E.E1A0.6415.2A99**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO



## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: EUSEBIO SANGUINI (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 00.151.125/0001-12

Certidão nº: 65635771/2023

Expedição: 20/11/2023, às 12:57:43

Validade: 18/05/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **EUSEBIO SANGUINI (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **00.151.125/0001-12**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Voltar

Imprimir

FOLHA

Nº

18



## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 00.151.125/0001-12  
**Razão Social:** SANGUINI E SOUZA LTDA ME  
**Endereço:** AV PREF MOACYR CASTANHO 1492 / CENTRO / BANDEIRANTES / PR / 86360-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/11/2023 a 06/12/2023

**Certificação Número:** 2023110704305944368701

Informação obtida em 20/11/2023 12:58:56

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
Secretaria da Receita Federal do Brasil  
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: EUSEBIO SANGUINI**  
**CNPJ: 00.151.125/0001-12**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:27:02 do dia 22/06/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/12/2023.

Código de controle da certidão: **7F61.B44F.EF64.44BF**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone: (043) 3556-1487 - 3556.2363  
CEP 86.460-000

FOLHA

Nº

20

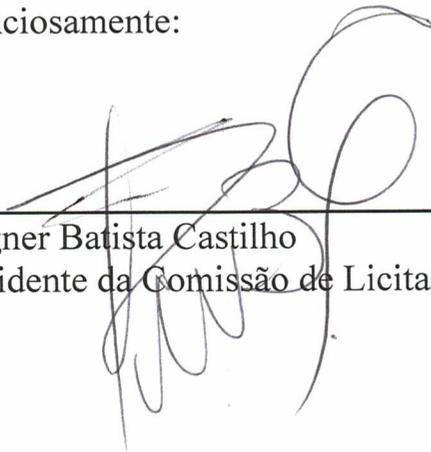
Abatiá (PR), 20 de novembro de 2023.

Ofício 051/2023

**REF: Solicitação de Parecer Jurídico para aquisição de poltronas tipo Presidente para atender as necessidades da Câmara Municipal.**

Considerando a cotação de preço realizada pela Comissão Permanente de Licitação nomeadas pela Portaria nº 001/2023, de 02 de janeiro de 2023, e informação de dotação orçamentaria emitido pelo contador da Câmara Municipal, encaminhamos os autos para manifestação de Vossa Senhoria para que expresse da necessidade de licitação e sua modalidade.

Atenciosamente:

  
\_\_\_\_\_  
Wagner Batista Castilho  
Presidente da Comissão de Licitação

Ilma. Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Corrales Martins de Oliveira  
MD: Advogada do Legislativo Municipal  
Abatiá – Paraná



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PR  
Av. João Carvalho de Mello, 324 - Centro  
CEP 86460-000 - Abatiá - PR  
Telefone: (43) 3556-1487 / (43) 3556-2363  
C.N.P.J. 81.756.884/0001-00



---

PARECER JURÍDICO PROCESSO ADMINISTRATIVO

EMENTA: LICITAÇÃO. POSSIBILIDADE DE  
DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR.

Foi solicitado Parecer Jurídico pela Comissão de Licitação acerca do Procedimento Administrativo tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de cadeiras giratórias tipo presidente para a Câmara Municipal.

A matéria é trazida à apreciação jurídica com amparo no art. 72, da Lei 14.133/2021, Nova lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Inicialmente cumpre sinalar que a realização de licitação é regra para a Administração Pública. O ordenamento jurídico, contudo, lista exceções à regra geral, permitindo a contratação direta por dispensa ou inexigibilidade de licitação.

Há dispensa de licitação quando esta é possível, mas a lei dispensa ou permite que seja dispensada a licitação.

Quando a lei autoriza a administração a, discricionariamente, deixar de realizar a licitação, tem-se a licitação dispensável. Interpretando a lei n. 14.133/2021, conclui-se que as contratações de serviços e as compras no valor de até R\$50.000,00 merecem ser fundamentadas no inciso II do art. 75 da lei n. 14.133/2021, pois para gastos de tais valores não se justifica a adoção de procedimentos administrativos mais complexos. Não é por acaso que as modalidades de licitação se tornam mais minuciosas à medida que os valores contratados se elevam, pois para aquisições de grande vulto faz-se necessária a observância de rigorosos mecanismos de controle do dinheiro público.

Estabelece o artigo 72 da lei 14.133/2021:

*Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:*



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PR  
Av. João Carvalho de Mello, 324 - Centro  
CEP 86460-000 - Abatiá - PR  
Telefone: (43) 3556-1487 / (43) 3556-2363  
C.N.P.J. 81.756.884/0001-00



*I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;*

*II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;*

*III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;*

*IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;*

*V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;*

*VI - razão da escolha do contratado;*

*VII - justificativa de preço;*

*VIII - autorização da autoridade competente.*

*Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.*

*Art. 73. Na hipótese de contratação direta indevida ocorrida com dolo, fraude ou erro grosseiro, o contratado e o agente público responsável responderão solidariamente pelo dano causado ao erário, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.*



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PR  
Av. João Carvalho de Mello, 324 - Centro  
CEP 86460-000 - Abatiá - PR  
Telefone: (43) 3556-1487 / (43) 3556-2363  
C.N.P.J. 81.756.884/0001-00



No que se refere à comprovação dos preços correntes no mercado, a medida é necessária para melhor expressar a média de preços praticados no mercado. Ademais, o aspecto econômico de qualquer relação contratual pública deverá ser efetivamente demonstrado a fim de que o princípio da **economicidade** seja alcançado.

Ante o exposto, o comando normativo supracitado demonstra que tais ocorrências (dispensa/ inexigibilidade) não são sinônimas de isenção de um procedimento absolutamente formal que deve ser seguido pela administração, sob pena de nulidade dos atos praticados.

Da análise dos autos, tem-se que houve a devida descrição do objeto, bem como apresentação de orçamentos.

Em decisão, o TCU firma, por meio da Decisão nº 705/94 TCU-Plenário, que *"nos contratos de execução continuada ou parcelada, a cada pagamento efetivado pela administração contratante, há que existir a prévia verificação da regularidade da contratada com o sistema da seguridade social, sob pena de violação do disposto no § 3º do art. 195 da Lei Maior."*

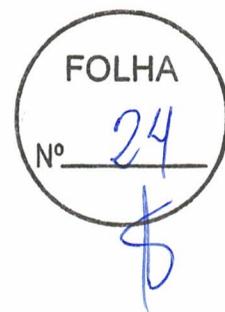
A contratação direta não significa inaplicação dos princípios básicos que orientam a administração pública, ou seja, não caracteriza poder discricionário puro ou livre atuação administrativa. Permanece o dever de realizar a melhor contratação possível, dando tratamento igualitário a todos os possíveis contratantes.

Da análise do Processo Administrativo em questão, para garantir a integridade e segurança do patrimônio público, e observando a Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, em especial o disposto nos artigos 72 e 75, hipótese em que se enquadra a consulta submetida, configurando assim o interesse público e a preservação de seu patrimônio, opina-se pela modalidade de Dispensa de Licitação em razão do valor.

Ressalte-se ainda que, em respeito ao princípio da publicidade, deverá haver publicação em jornal de grande circulação na região do Termo de Dispensa de Licitação bem



PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DO MUNICÍPIO DE ABATIÁ – PR  
Av. João Carvalho de Mello, 324 - Centro  
CEP 86460-000 - Abatiá - PR  
Telefone: (43) 3556-1487 / (43) 3556-2363  
C.N.P.J. 81.756.884/0001-00



como providenciada a publicação da nota de empenho de despesa ou autorização de compra, nos termos da lei 14.133/2021, como condição de eficácia do ato.

Diante do apresentado, de acordo com a manifestação acima, entende-se, S.M.J., que **o procedimento de dispensa da licitação em razão do valor encontra-se adequado aos ditames legais.**

Não se pode deixar de informar que este parecer possui conteúdo opinativo, cabendo ao órgão competente sua análise final.

Abatiá, 23 de novembro de 2023.

*DanielleCMoliveira*  
Danielle Corrales Martins de Oliveira  
Advogada - OAB/PR nº 43.811



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone: (043) 3556-1487 - 3556.2363

CEP 86.460-000

FOLHA

Nº 25

## PARACER DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

REF: ANÁLISE DE PROPOSTAS E DIVULGAÇÃO DE EMPRESA VENCEDORA.

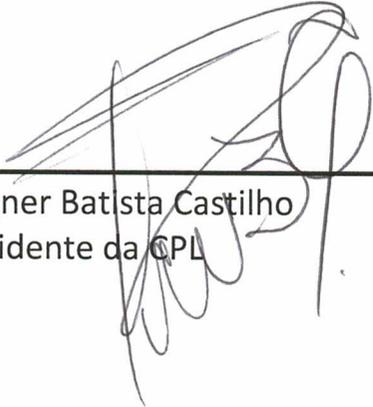
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023

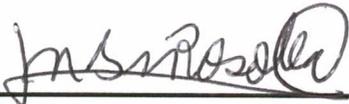
PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

A Comissão de Licitação Permanente de Licitações reuniu-se para efetuar a análise da proposta constante no Procedimento Administrativo Nº 018/2023, Processo de Dispensa de Licitação nº 017/2023, e oriundo da autoridade requisitante (Presidente do Poder Legislativo Municipal) e formalizado por essa Comissão de Licitação, apresentamos a proposta colhida junto as Empresas, para contratação de empresa de fornecimento de Poltronas giratória para a Câmara Municipal, onde o Setor Jurídico indicou a contratação direta através de Procedimento de Dispensa de Licitação.

As propostas financeiras apresentadas foram analisadas pela Comissão Julgadora onde a empresa que apresentou o menor valor global, e declarada como VENCEDORA (Processo de Dispensa de Licitação) A empresa Mobiflex Mobiliário para Escritório Ltda, - CNPJ- 04.635.400/0001-24, CEP- 86.039-290, situado a Av. São João, 57, Antares, Londrina – PR, que apresentou proposta no valor total de R\$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais).

Abatiá PR, 23 de novembro de 2023.

  
Wagner Batista Castilho  
Presidente da CPL

  
Nilcéia Soares Nogueira Rozolem  
Membro da CPL

\_\_\_\_\_  
Sebastião Gontijo  
Membro da CPL



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA

Nº

26

## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

A Câmara Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, torna público a homologação do Processo de Dispensa de Licitação nº 017/2023, tendo como objeto **“Contratação de empresa de fornecimento de Poltronas giratórias (tipo Presidente) para atender as necessidades do Poder Legislativo”**. Tendo como vencedora a empresa Mobiflex Mobiliário para Escritório Ltda, com sede na Av. São João, 157, centro, inscrita no CNPJ sob nº 04.635.400/0001-24, CEP- 86.039-290, cidade de Londrina, – PR, com valor total de R\$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais).

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, 23 de novembro de 2023.

Lincoln Carvalho de Mello Albano

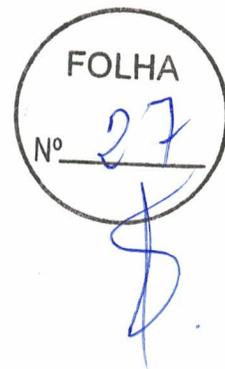
Presidente da Câmara Municipal

---

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

---

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ  
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023



**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023**

A Câmara Municipal de Abatiá – Estado do Paraná, torna público a homologação do Processo de Dispensa de Licitação nº 017/2023, tendo como objeto “**Contratação de empresa de fornecimento de Poltronas giratórias (tipo Presidente) para atender as necessidades do Poder Legislativo**”. Tendo como vencedora a empresa Mobiflex Mobiliário para Escritório Ltda, com sede na Av. São João, 157, centro, inscrita no CNPJ sob nº 04.635.400/0001-24, CEP- 86.039-290, cidade de Londrina, – PR, com valor total de R\$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais).

Sala da Presidência da Câmara Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, 23 de novembro de 2023.

**LINCOLN CARVALHO DE MELLO ALBANO**  
Presidente da Câmara Municipal

**Publicado por:**  
Wagner Batista Castilho  
**Código Identificador:8FAD7794**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 24/11/2023. Edição 2905

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone: (043) 3556-1487 - 3556.2363

CEP 86.460-000

FOLHA

Nº

28

CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023

EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ - (PR)

CONTRATADA: MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE FORNECIMENTO DE CADEIRAS GIRATÓRIAS

VALOR: R\$ 6.680,00 (SEIS MIL SEISCENTOS E OITENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 27/11/2023 à 27/11/2024

Abatiá, PR - 27 de novembro de 2023.

Lincoln Carvalho de Mello Albano  
Presidente - Câmara Municipal de Abatiá



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA

29

**TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI, CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ, ESTADO DO PARANÁ E A EMPRESA MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO LTDA, PARA OS FINS QUE SE ESPECIFICA.**

Aos 07 dias do mês de novembro de 2023, de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ, ESTADO DO PARANÁ**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.756.884/000100, neste ato representado pelo Sr. LINCOLN CARVALHO DE MELLO ALBANO, **Presidente do Legislativo**, no uso de suas atribuições, neste ato denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA ESCRITÓRIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 04.635.400/0001-24, com sede na Cidade de Londrina, Estado do Paraná, denominada simplesmente **CONTRATADA**, tendo em vista o resultado do **Procedimento Administrativo nº 018/2023, DISPENSA DE LICITAÇÃO 017/2023**, resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços sujeitando-se às normas da Lei nº 14.133/2021, com suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

## **CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

**01.1** O contrato em tela reger-se-á pelas disposições legais contidas na Lei 14.133/2021 e atualizações e pela Lei Orgânica do Município.

## **CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO**

**02.1** O presente instrumento tem por objeto o fornecimento de poltronas giratórias no valor de R\$ 6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais) em conformidade com a proposta da contratada de acordo com as quantidades, condições, valor unitário e global constantes do termo de adjudicação do processo licitatório e da proposta da CONTRATADA.

**02.2** integram e completam o presente Termo, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no procedimento administrativo nº 018/2023 e a proposta da CONTRATADA.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**03.1** O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, nos termos da proposta vencedora, que fica fazendo parte integrante deste instrumento, o valor de R\$



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA

Nº

30

6.680,00 (seis mil seiscentos e oitenta reais) pela aquisição dos objetos descritos na cláusula segunda.

**03.2** Os valores contratados serão pagos no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega do objeto e mediante emissão da respectiva nota fiscal, por meio de ordem bancária à CONTRATADA.

**03.3** Os documentos fiscais deverão ser emitidos em conformidade com as Normas de Procedimentos/Legislações vigentes expedidas pelos Órgãos da receita estadual e federal, inclusive sendo **obrigatória a emissão de nota fiscal eletrônica**.

**03.4** A nota fiscal/fatura que apresentar incorreções será devolvida à contratada para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que trata o **Item 3.2**, começará a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.

**03.5** Os preços contratados não serão reajustados, salvo as hipóteses previstas na Lei 14.133/2021, devidamente justificadas.

## CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

**04.1** O presente contrato vigorará por 12 meses, a partir de sua assinatura, conforme o Edital de abertura, podendo, a consenso das partes, ter sua duração prorrogada, nos termos da Lei 14.133/2021.

## CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a presente contratação correrá a conta dos seguintes recursos orçamentários, conforme declarado no Procedimento Administrativo nº 001/2023:

### 01 – LEGISLATIVO MUNICIPAL

#### 01.001 – Legislativo Municipal

#### 01.031.0101-2001 – Manutenção do Legislativo Municipal

#### 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e material permanente – R\$ 20.000,00

## CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 06.1 Compete ao Contratante:

**06.1.1** pagar, na forma avençada, a importância estipulada na CLÁUSULA TERCEIRA;

**06.1.2** conceder à contratada as condições necessárias a regular execução do contrato, requisitando os produtos, estabelecendo o prazo e indicando o local para a entrega dos bens adquiridos.

### 06.2 Compete à Contratada:



**06.2.1** entregar o objeto requisitado pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido e no local indicado pela Administração Pública Municipal, acompanhadas de notas para conferência, que ocorrerá no ato da entrega no local de recebimento, pelo funcionário competente;

**06.2.2** sujeitar-se à fiscalização do objeto no ato da entrega, reservando-se ao CONTRATANTE o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre o(s) mesmo(s) em condições satisfatórias;

**06.2.3** substituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas o objeto entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos no Edital;

**06.2.4** repor, em 24 (vinte e quatro) horas, o objeto entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos no Edital;

**06.2.5** responder, nos termos do artigo 18 e seguintes da Lei 8078/90 – Código de Defesa do Consumidor, pelos vícios de qualidade ou quantidade dos materiais adquiridos, que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo ou utilização a que se destinam ou lhes diminuam o valor, sem prejuízo das demais disposições do CDC;

**06.2.6** responder por todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de acidente de trabalho, oriundos da execução do contrato e do pessoal envolvido;

**06.2.7** responder civil e criminalmente, pelos danos que causar a terceiros, em razão da inadequada execução dos serviços, ou ainda em razão da produção, transporte ou armazenamento dos produtos e insumos necessários.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

**07.1.** Caberá rescisão deste instrumento, independentemente de interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem que à CONTRATADA tenha direito a qualquer indenização, seja de que espécie for, na hipótese de inobservância de qualquer cláusula ou condição deste contrato e/ou a ocorrência de qualquer um dos motivos capitulados na Lei 14.133/2021 e atualizações.

## CLÁUSULA OITAVA – DOS PADRÕES DE DESEMPENHO

**08.1** A CONTRATADA se obriga a entregar de acordo com os mais elevados padrões de desempenho e integridade profissional e ética ou qualidade e condições solicitadas, no caso de bens. Na hipótese de o CONTRATANTE considerar ser insatisfatórias sua conduta ética na entrega dos bens, objeto deste Contrato, poderá rescindi-lo unilateralmente.

## CLÁUSULA NONA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

**09.1** A CONTRATADA deve observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00

AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA

Nº 32

**09.2** Para os propósitos desta cláusula definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar danos, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E MULTAS

**10.1** Pela inexecução, total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE aplicará à CONTRATADA, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação:

**10.1.1** multa correspondente à 15% (quinze por cento) do valor total do contrato;

**10.1.2** suspensão temporária de participação em licitações e impedimentos de contratar com a Administração Pública pelo prazo de 05 (cinco) anos;

**10.1.3** A declarará inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que sejam ressarcidos todos os prejuízos resultantes e promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, e somente depois de transcorrido o prazo de eventual pena de suspensão temporária aplicada.

**10.1.4** Dez por cento (10%) sobre o valor total do contrato, a título de honorários advocatícios, caso seja necessário procedimento administrativo de cobrança e execução do contrato.

**10.1.5** Vinte por cento (20%) sobre o valor total do contrato, a título de honorários advocatícios, acrescidos das custas devidas, caso a execução do contrato seja feita por via judicial.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO



# CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 81.756.884/0001-00  
AV. João Carvalho de Mello, 324 - Fone/Fax: (043) 3556-1487 - CEP 86.460-000

FOLHA  
Nº 33

11.1. Este contrato fica sujeito às alterações previstas na Lei nº 14.133/2021 e atualizações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

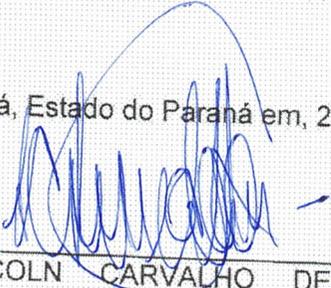
12.1 As partes elegem o foro da Comarca de Ribeirão do Pinhal – PR, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste contrato.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 Este contrato está sob a égide da legislação civil, não gerando qualquer vínculo empregatício entre as partes e/ou pessoal envolvido na execução dos serviços.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, para o mesmo fim e perante testemunhas.

Abatiá, Estado do Paraná em, 27 de novembro de 2023.

  
LINCOLN CARVALHO DE MELLO  
ALBANO  
PRESIDENTE

CONTRATANTE

  
MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA  
ESCRITÓRIO LTDA  
CPF/MF: 235.120.839-00

CONTRATADA

04.635.400/0001-24  
MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA  
ESCRITÓRIO LTDA

Av. São João, 57  
Vila Siam - Cep: 86.039-290  
Londrina-PR

### TESTEMUNHAS:

Nome:	MAURO CELSO CAPELANES
CPF:	CPF. 30698502949
R.G.	30054407

### TESTEMUNHAS:

Nome:	Nome: ALBERTINO ANTONIO DA SILVA
CPF:	CPF:
R.G.	R.G. 04.635.400/0001-24

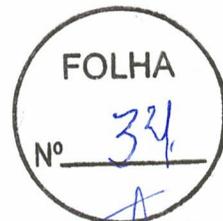
MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA  
ESCRITÓRIO LTDA

Av. São João, 57  
Vila Siam - Cep: 86.039-290  
Londrina-PR

---

ESTADO DO PARANÁ  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

---



CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ  
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2023

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 018/2023**  
**EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO**  
**Nº 017/2023**  
**CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ABATIÁ –**  
**(PR)**  
**CONTRATADA: MOBIFLEX MOBILIÁRIO PARA**  
**ESCRITÓRIO LTDA**  
**OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE**  
**FORNECIMENTO DE CADEIRAS GIRATÓRIAS**  
**VALOR: R\$ 6.680,00 (SEIS MIL SEISCENTOS E**  
**OITENTA REAIS)**  
**VIGÊNCIA: 27/11/2023 à 27/11/2024**

Abatiá, PR - 27 de novembro de 2023.

**LINCOLN CARVALHO DE MELLO ALBANO**  
Presidente – Câmara Municipal de Abatiá

**Publicado por:**  
Wagner Batista Castilho  
**Código Identificador:84D47ECF**

---

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná  
no dia 28/11/2023. Edição 2907  
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita  
informando o código identificador no site:  
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>